**Termos de Referência**

**Cooperação Técnica BR –T1295**

**Apoio à Regulação do Setor de Água e Saneamento no Brasil**

**(AQUAFUND)**

**CAPACITAÇÃO EM**

**REGULAÇÃO ECONÔMICA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO**

# Introdução e Justificativa da Capacitação

A Câmara Técnica de Regulação da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES Nacional, por intermédio da Cooperação Técnica BR-T1295 firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, corroborando com o atendimento aos Objetivos da Associação e de seus associados ao desafio de tornar o setor de saneamento inovador e competitivo, por meio da educação continuada para desenvolver a liderança na regulação pretende contratar uma instituição com experiência na realização de cursos sobre regulação econômica, com vistas a preparar e ministrar Curso sobre Regulação Econômica dos Serviços de Saneamento. O objetivo do Curso é capacitar engenheiros e economistas para o desempenho das atividades regulatórias nos diversos estados brasileiros.

# Justificativa

## O Brasil vivencia um contexto de estabelecimento de agências reguladoras (em âmbito estadual e municipal de governo) instituídas com o objetivo de regular a prestação de serviços públicos de infra-estrutura, entre os quais se insere o setor saneamento.

## A criação de agências reguladoras preenche uma lacuna institucional e constitui um importante passo para o enfrentamento dos novos desafios associados à regulação da prestação dos serviços públicos. O exercício das funções regulatórias se exerce através de diversas demandas, entretanto, devido à inexistência de uma cultura regulatória no país, impõe a necessidade de um aprendizado permanente por parte dos administradores públicos de forma a lidar com a nova agenda de expectativas em matéria regulatória.

## As expectativas da regulação são as questões econômicas, jurídicas, e técnico-operacionais, pois estas englobam, entre outros temas, a definição de equilíbrio econômico-financeiro das concessões, esquemas tarifários, compromissos de investimentos, planos municipais de saneamento, metas operacionais, administração de bens e direitos e relações com os usuários, aspectos fundamentais no contexto atual do saneamento brasileiro. O exercício da atividade regulatória nesses aspectos, de forma regular e sistemática, exigirá a capacitação dos quadros técnicos das Empresas de Saneamento.

## Como panorama faz-se necessário considerar a criação e estabelecimento de um novo modelo, que veio a substituir os contratos vencidos firmados nos moldes do PLANASA – Plano Nacional de Saneamento, onde hoje o setor passou a ser regulado em função da Lei Federal 11.447/05 – Marco Regulatório do Saneamento. Nesse sentido, há necessidade de uma capacitação contínua, específica e especializada, uma vez que o ambiente sócio-econômico que caracteriza a regulação é eminentemente dinâmico, e sempre apresenta novos desafios a serem enfrentados, faz-se necessário elementos teóricos e práticos que possam auxiliar os gestores para a garantia da boa governança regulatória no desempenho das atividades.

# Objetivo

Contratação de instituição especializada para a preparar e ministrar do Curso sobre Regulação Econômica dos Serviços de Saneamento. A capacitação ocorrerá durante o período de duas semanas consecutivas, em período integral com carga horária de 80 horas, podendo ser ministrado em inglês, espanhol ou português e será realizado nas semanas no mês de agosto de 2013.

# Conteúdo Programático

Em atendimento ao objetivo da capacitação, fica detalhado o programa para contemplar os temas definidos no ítem 3:

1. Aspectos básicos da regulação

* Condições básicas da indústria
* Monopólio Natural e razões para a regulação
* Elementos fundamentais da regulação

2. Objetivos da Reforma de Mercado e a regulação nas indústrias de rede

* Metas regulatórias comuns e outros possíveis objetivos
* Escolhendo prioridades regulatórias
* Conciliando diferenças e fazendo escolhas

3. Contabilidade Regulatória e Finanças

* Noções de finanças e outras fontes de informação
* Estrutura de Capital e abordagem básica para estimar o custo de capital
* Atividades monopolistas e atividades não reguladas

4. Regulação por incentivo

* Princípios e aplicações
* Metodologia básica e híbrida
* Prós e Contras de cada método

5. Métodos de regulação por taxa de retorno

* Determinação de ativos
* Despesas próprias e outros custos
* Prós e contras e questões para observação

6. Métodos de determinação de tetos para preços e receitas

* Formulações básicas e incentivos
* Índices de inflação e fatores
* Ajustes e casos especiais

7. Estudo de Caso em ferramentas de taxas de retorno

* Prioridades regulatórias
* Razões para permissão ou rejeição de custos
* Tomando decisões sob incerteza

8. Estudo de Caso em regulação híbrida

* Mecanismos correspondentes ao contexto
* Propriedade dos sistemas híbridos
* Avaliando resultados e adaptando sistemas

9. Noções básicas de Estrutura e desenho tarifário

* Características de custos e opções de precificação
* Decisões sobre eficiência e equidade
* Propriedades de um desenho tarifário apropriado

10. Estrutura e desenho tarifário

* Estratégias de estrutura tarifária e critério de discriminação
* Subsídios cruzados e tarifas abaixo do custo
* Subsídios dirigidos

11. Gerenciando a introdução da competição para o mercado

* Desverticalizando serviços
* Condução competitiva e excludente
* Assegurando um nível de competição entre os competidores

12. Aspectos não econômicos da regulação de serviços públicos

* Qualidade de serviço
* A dimensão social da regulação por serviços
* Externalidades

13. Avaliando o processo regulatório

* Percepções de legitimidade da Agência
* Gerenciamento do ambiente político
* Relações com públicos de interesse e transparência

14. Regulação no setor de energia

* As lições da regulação de eletricidade ao redor do mundo
* As experiências da regulação das redes de gás
* Outros modelos de regulação de energia

15. Regulação em serviços de saneamento

* Custos não recuperados e o espiral vicioso de declínio no desempenho
* As primeiras experiências em serviços regulados e autarquias regionais de saneamento na Grã Bretanha.
* Reformando empresas estatais: lições de Uganda

16. Benchmarking

* A importância de fazer comparações
* Regulações “Yardstick” e “Sunshine”
* Referências das telecomunicações

17. O contexto brasileiro da regulação

* História e motivações
* A autoridade das agências reguladoras
* Tendências e direções futuras

18. Implicações para as Agências de Regulação

* Análise de públicos de interesse
* Questões atuais
* Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades.

19. Lições-chave e conclusões

* Perspectivas e novas tendências para a atividade regulatória
* Valores regulatórios e a missão da agência
* Fontes de informação

# Escopo do Trabalho

O Curso deverá ser ministrado no idioma português, espanhol ou inglês, e tem como objetivo a qualificação de profissionais do setor de saneamento, envolvidos com os processos regulatórios nas diferentes agências reguladoras, empresas público ou privadas e departamentos municipais operadores de sistemas locais, que estejam atuando com o tema da regulação ou que possam vir a atuar neste tema.

O programa deverá abordar, na forma de aulas expositivas, aspectos conceituais e práticos referentes aos múltiplos aspectos que envolvem a regulação econômica e da prestação dos serviços de saneamento, governança regulatória, relacionamento com usuários. Além das aulas expositivas serão realizadas sessões específicas sobre aspectos legais, financeiros e contábeis, relativos à regulação e experiências regulatórias relevantes, a serem proferidas por representantes de agências reguladoras já estabelecidas.

A instituição Selecionadadeverá abordar os cinco temas citados, com aplicação de exercícios de aprendizagem associados a esses temas, que consiste em análise qualitativa dos temas abordados. A Selecionadapoderá sugerir novos temas fundamentado no contexto regulatório brasileiro atual. O benchmarking das melhores práticas e os exercícios deverão ser exemplos práticos da América Latina como México, Chile e Colômbia ou Europa e Estados Unidos.

A revisão de conteúdo do material didático, assim como a inserção de sessões específicas de expositores nacionais e de experiências regulatórias ao programa do Curso, se farão através de estreito contato entre a ABES – Câmara Técnica de Regulação, BID e InstituiçãoContratada. A instituição Selecionadasugerirá as revisões necessárias e, após aprovação pela ABES e BID, deverá empreender tais revisões.

O público alvo do Curso, estimado em torno de 160 alunos.

# Produtos

1. Os produtos compreenderão:
2. Material Didático Impresso em apostilas e Exercícios Aplicados - os temas integrantes do material deverão estar acompanhados da respectiva bibliografia; quadro com um resumo dos tópicos abordados em cada tema; e um glossário de termos técnicos utilizados; e, o exercício em consonância com os temas integrantes da edição do Curso;
3. Exercícios Práticos dos Temas e Avaliação de Aprendizagem contextualizados em dados reais do setor de saneamento preferencialmente, seguidos de dados de empresas de Saneamento reguladas, com diferentes portes e contexto semelhante ao do Brasil com referências México, Colômbia, Chile, Europa ou Estados Unidos;
4. Materiais Audiovisuais Revisados;
5. Estudos de Caso Baseados em Experiências Nacionais e Internacionais dos países acima; e,
6. Relatório de Avaliação e Desempenho.
7. Os produtos deverão ser apresentados no idioma português.
8. Todos os documentos deverão ser apresentados em sua versão final em CD-ROM, no programa Word for Windows Vista. Os documentos deverão ter redação clara e concisa, com nível de detalhe e linguagem adequados à perfeita compreensão pelos técnicos envolvidos no Programa. Solicita-se, ainda, da instituição Selecionadaque inclua um resumo do produto (abstract), que não deverá exceder uma lauda. Este resumo deverá explicitar o conteúdo do documento, seu propósito e principais conclusões, de maneira a facilitar consultas e pesquisas.
9. A infra-estrutura pedagógica necessária à realização do Curso tais como, salas de aula, sala de computadores, reprografia, comunicações, lanches, etc., ficará sob a responsabilidade da ABES, que contratará uma entidade para esse fim.
10. Da mesma forma, a Cooperação Técnica arcará com as despesas com de transporte, alimentação e hospedagem dos professores e dos expositores a serem convidados e seguro-saúde no Brasil.
11. A ABES e o BID disponibilizarão um sumário contendo informações e análises sobre o setor saneamento no Brasil, para facilitar o entendimento dos consultores e professores estrangeiros em suas exposições, bem como os dados Brasil necessários a elaboração dos exercícios.
12. A ABES estará autorizada a gravar o curso para compor Biblioteca Digital Regulatória para acesso dos associados.

# Prazo

Conforme especificado no item 4 deste Termo de Referência, o Curso será ministrado em duas semanas. A instituição Selecionadadeverá apresentar à ABES, até 30 (trinta) dias antes do início do Curso, o material didático e os textos de apoio necessários à realização do Curso. A entrega pela instituição Selecionadado Relatório de Avaliação e Desempenho deverá acontecer até 20 (vinte) dias após a conclusão do Curso.

# Custo e Forma de Pagamento

Os pagamentos serão realizados da seguinte maneira:

1. 10% (dez por cento) do total do contrato na aprovação da revisão do material didático.;
2. 40% (quarenta por cento) do total do contrato antes do Curso, sendo 20% (cinco por cento) referente à organização da edição do Curso e 20% (quinze por cento) na aprovação do **Relatório de Avaliação e Desempenho**;
3. 50% (vinte e cinco por cento) do total do contrato até 20 dias após a conclusão do curso na aprovação do **Relatório de Avaliação e Desempenho**.

.

# Considerações Finais

1. A instituição selecinonada não poderá utilizar o material didático do Curso sobre Regulação Econômica dos Serviços de Saneamento, em quaisquer Cursos ou eventos do qual seja participante. O material didático é de propriedade da ABES-BID e engloba as apostilas sobre os temas, os exercícios de aprendizagem, o exercício final global e o material audiovisual.
2. A equipe base de professores que ministrará os Cursos somente poderá ser modificada por professores de nível técnico semelhante ou superior e, após consulta e aprovação da ABES.
3. A divulgação do Curso, assim como a seleção de participantes, será de exclusiva responsabilidade da ABES e do BID.
4. O BID poderá divulgar o curso e indicar participantes e palestrantes.
5. Os participantes do Curso que realizarem a avaliação final, e forem aprovados, receberão o certificado de conclusão do mesmo, expedido por Universidade como Curso de Extensão Universitária ou Especialização em Regulação Econômica ou outro título acordado com a ABES e BID. Os participantes que não realizarem o exame final receberão o certificado de participação do Curso como ouvinte. A ABES disponibilizará o material didático, em brochura e meio eletrônico, à Instituição selecionada, que não poderá disponibilizar o material didático, por meio eletrônico, aos participantes do Curso.
6. Algum material didático adicional que porventura seja necessário distribuir aos participantes no decorrer do Curso somente poderá ser entregue após consulta e aprovação da ABES.
7. Após a realização do Curso, a ABES fará uma avaliação de caráter geral sobre os resultados alcançados, sobre o desempenho da instituição e fornecerá as orientações a serem aplicadas nas próximas edições do Curso.

# Cronograma e Prazo Contratual

Os trabalhos deverão ser executados contados a partir da data de contratação dos serviços de forma a garantir a aprovação do material didático. O curso será ministrado em duas semanas consecutivas.

# Forma de Pagamento

Os pagamentos serão contra aprovação dos produtos de cada entrega, somando-se o prazo para processamento do pagamento.

# Equipe

A deverá indicar os palestrantes/professores antecipadamente para aprovação prévia da ABES e do BID e garantir a substituição do instrutor em caso fortuito de doença do mesmo.